

Identities and differences: the case of the civil war in the former Yugoslavia.

Identities and Differences: the case of the civil war in the former Yugoslavia

*Sérgio Luiz Cruz Aguilár¹
Ana Luiza Terra Costa Mathias²*

Resumo: A guerra civil na antiga Iugoslávia (1991 – 1995) teve forte componente étnico – religioso. Na tentativa de manter a coesão de um Estado criado artificialmente pós-1ª Guerra Mundial, foram buscadas identidades e aceitas - e institucionalizadas - as diferenças entre os diversos povos que constituíam a “terra dos eslavos do sul”. A partir da década de 1980 as diferenças foram realçadas e durante a guerra levadas ao extremo, especialmente nos territórios da Croácia e da Bósnia Herzegovina. A partir de pesquisa bibliográfica e da experiência pessoal do autor e, utilizando conceitos de cultura, etnia, identidades, diferenças, pertencimento, nação e Estado, o texto apresenta como as diferenças étnico-religiosas foram utilizadas durante a guerra civil na Iugoslávia para reivindicar a posse de territórios, fortalecer o discurso da impossibilidade de convivência, supervalorizar possíveis ameaças e medo e justificar o cometimento de crimes contra a humanidade.

Palavras-chaves: Iugoslávia. Guerra Civil. Etnia

Abstract: The civil war in the former Yugoslavia (1991 - 1995) had a strong ethnic-religious component. In an attempt to maintain the cohesion of an artificially created state post-first World War, identities were sought and accepted - and institutionalized - the differences between the various peoples that constituted the "land of the South Slavs". From the 1980s the differences were highlighted during the war and taken to the extreme, especially in the territories of Croatia and BosniaHerzegovina. From literature and the author's personal experience and using concepts of culture, ethnicity, identity, difference, belonging, nation and state, the text shows how the ethnic-religious differences were used during the civil war in

¹ Professor Assistente Doutor da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília/SP. Doutor em História (UNESP). Coordenador do Grupo e Estudos e Pesquisa sobre Conflitos Internacionais (GEPCI).

² Discente do Curso de Relações Internacionais da UNESP – Campus de Marília/SP. Membro do Grupo e Estudos e Pesquisa sobre Conflitos Internacionais (GEPCI).

Yugoslavia to claim possession of territories, strengthen discourse of the impossibility of coexistence, overvalue potential threats and fear and justify the perpetration of crimes against humanity.

Keywords: Yugoslavia. Civil War. Ethnicity

Introdução

A dimensão pluralista do termo cultura permanece e permeia a tradição antropológica. A herança intelectual tende a ressaltar os aspectos específicos de cada cultura. Essa categoria permite aos antropólogos darem conta da pluralidade dos modos de vida e de pensamento dos povos. Nessa linha, o tratamento da cultura impõe o estudo de um conjunto de valores, estilos, formas de pensar, que se estende a um grupo social (ORTIZ, 2000). Assim, cultura seria “composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupos de indivíduos guiam seu comportamento” e consiste em um emaranhado de significados aos quais os homens estão imersos (GEERTZ, 1989, p. 8).

Geertz (2008, p. 4) destacou na definição de cultura feita por Kluckhohn alguns aspectos como “o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo”, “um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes”, “comportamento aprendido”, “mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento”. Podemos, então, analisar os significados aos quais os homens são imersos, o que os caracterizam e os diferenciam dos outros, o modo como vêem o mundo, “as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais” (LARAIA, 2001, p. 68), seus costumes em geral, a crença ou religião, sua concepção de etnia relacionada ao fator biológico (ancestral e traços semelhantes) ou social (em indivíduos nascidos de duas etnias diferentes prevalece a dos pais em algumas culturas) e o próprio idioma utilizado para se comunicar.

Como definiu Leach (1989, p. 3):

Os membros individuais da sociedade acreditam partilhar uma história comum e uma origem biológica comum. Num sentido que não é precisamente determinado, eles afirmam-se descendentes de um antepassado comum. O seu sentido de solidariedade depende, pelo menos em parte, da convicção que daí deriva de que << Nós somos todos parentes.

Nas sociedades, o conflito é inevitável e não necessariamente violento. O contato entre os diferentes povos traz à tona as diferenças de significados acima citados que acabam por formar ou reforçar as identidades. Essas são construídas e estão em constante mudança já que se formam a partir de visões culturais de si por si e de si pelos outros (VASCONCELOS, 2010). As identidades não são únicas nem estáticas, são formadas a partir de pontos de vista e de contextos variáveis, são fortemente ligadas a relações de poder (SILVA, 2000), sendo construídas com objetivos e interesses evidentes. As diferenças culturais muitas vezes são incompatíveis. Em alguns casos o choque entre elas leva à guerra e à aniquilação de povos, outras vezes as diferenças são amenizadas em nome de um fim maior.

É nesse sentido que apresentaremos algumas considerações sobre a guerra civil na antiga Iugoslávia (“terra dos eslavos do sul” na língua servo-croata), que ocorreu entre 1991 e 1995 e teve um forte componente étnico religioso, como a maior parte dos conflitos intraestatais ocorridos no pós-Guerra Fria.

A guerra deixou profundas feridas nos seus habitantes. A Croácia teve um saldo de 12 mil mortos, 35 mil feridos, 180 mil imóveis destruídos, quase três mil desaparecidos, 200 mil refugiados, 350 mil desalojados e 25% da economia destruída. A Iugoslávia (na época constituída pela Sérvia e Montenegro) recebeu mais de 600 mil refugiados. Na Bósnia, o saldo apresentou 220 mil vítimas, sendo 160 mil muçulmanos, 30 mil croatas, 25 mil sérvios e 5 mil de outras etnias. Na capital Sarajevo, houve mais de 10 mil mortos e 50 mil feridos. Da população de 4,4 milhões de pessoas, em dezembro de 1995, havia 1 milhão e 300 mil desalojados, 500 mil refugiados, em países vizinhos, 700 mil refugiados, em países da Europa Ocidental, sendo 350 mil só na Alemanha (UNHCR, 2002, p. 215).

Em 1999, um novo conflito por questões étnicas entre sérvios e albaneses na província do Kosovo, resultou na intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em 2001, confrontos armados entre as forças armadas da Macedônia e albaneses que habitam o norte do país resultou numa ação da União Européia e várias organizações internacionais.

No texto serão salientadas questões culturais, identidades e diferenças que foram construídas e desconstruídas conforme se deu o estabelecimento e a ruptura do Estado iugoslavo.

A construção da Iugoslávia

Os primeiros habitantes da maior parte do território iugoslavo teriam sido os ilírios, um grupo de tribos que seriam os ancestrais dos albaneses. Já na Macedônia os primeiros habitantes foram os trácios, seguidos dos gregos. Com a queda do Império Romano do Ocidente em 476d.C., a região foi ocupada por bárbaros, lombardos, visigodos e hunos, seguidos de avaros e valáquios. No século VI povos eslavos migraram para a região. Segundo Jovanovic (1995, p. 77) acabaram divididos,

sobretudo em função das áreas geográficas que haveriam de ocupar em caráter definitivo, em: eslavos orientais (russos, ucranianos e bielorrussos); eslavos ocidentais (poloneses, tchecos, eslovacos, lusácios e polábios) e eslavos meridionais (eslovenos, macedônios, sérvios, búlgaros e croatas).

Com o tempo, os eslavos tornaram-se predominantes e a região passou a ser conhecida, a partir do século XI como “Terra dos Eslavos” ou *Slavinia*.

Durante séculos a região do Balcãs sofreu divisões de impérios, filosofias e teologias que influenciaram na formação do Estado iugoslavo com diferentes povos e culturas. Essas diferenças foram por vezes exaltadas e em outros momentos abafadas, mas foram levadas ao extremo quando da guerra civil na década de 1990.

No ano 395 da nossa era, foi finalizada a divisão do império romano em Império Romano do Ocidente, com sede em Roma, e Império Romano do Oriente, o Império Bizantino, com sede em Bizâncio (atual Istambul), passando a linha divisória no Rio Drina, atual fronteira entre a Sérvia e a Bósnia Herzegovina.

Em 1054, houve o rompimento do Império Bizantino com o Papa, a “Cisma do Oriente”, e o mundo eslavo foi dividido em dois: de um lado ficaram os fiéis à igreja romana; de outro lado, os de rito bizantino, o que deu origem, mais tarde, à igreja ortodoxa. Além da questão religiosa, a separação refletiu-se também nos alfabetos empregados: os católicos, sob influência do Ocidente europeu, adotaram o alfabeto latino, e os eslavos ortodoxos adotaram o alfabeto cirílico no século IX (JOVANOVIC, 1995, p. 52).

Em 1380, os turcos invadiram a Sérvia e em 28 de junho de 1389, derrotaram os sérvios numa batalha na região Kosovo Polje. A Batalha foi o evento mais significativo na história do povo sérvio. Na realidade, foi apenas uma das inúmeras ocorridas contra os otomanos que já dominavam várias partes dos Balcãs. Apesar do

exército do rei sérvio Lazarser multiétnico (composto por sérvios, macedônios, albaneses, bósnios, croatas e búlgaros), a literatura sérvia fez de Kosovo a semente da história, cultura, herança e da própria nacionalidade sérvia. A derrota militar foi glorificada, o rei considerado mártir e o local da batalha declarado monumento. A igreja usou a batalha para a formação da consciência nacional sérvia, associando supostos acontecimentos difundidos e a lenda criada pela literatura com simbolismos cristãos, além de erguer uma grande quantidade de mosteiros e igrejas ortodoxas na região do Kosovo (AGUILAR, 2003, p. 38–40).

Com a ocupação otomana, parte dos povos que habitavam a região se islamizou. O Estado Otomano não tinha a política de converter pessoas ao islamismo, mas algumas práticas incentivavam a islamização. Somente os muçulmanos podiam ser gestores de terras (que eram propriedade do sultão), votar ou participar do governo, ser isentos de vários tributos, ascender na administração pública, dentre outras. Além disso, os otomanos realizaram obras (mesquitas, pontes, mercados, etc.) e criaram livrarias e escolas primárias e teológicas (AGUILAR, 2003, p. 41–42).

A Croácia católica manteve-se ligada aos impérios austríaco e austro-húngaro. Quando a região das chamadas Províncias Ilírias foi anexada provisoriamente pela França de Napoleão (1809 – 1814), surgiu um movimento independentista chamado Ilirismo, que clamava pela unificação dos eslavos balcânicos de língua servo-croata, eslovena e macedônia num único país.

Pouco depois, em 1844, o Ministro do Interior do príncipe Milos Obrenović, elaborou um plano chamado *Nacertanije* na língua servo-croata, baseado no império medieval sérvio, que pregava a constituição da “Grande Sérvia”. Para isso o império otomano deveria ser destruído, além da consolidação econômica do reino e da vitória sobre a Áustria, considerada a outra grande inimiga da Sérvia (OLIVEIRA, 1999, p. 83).

Os nacionalismos sérvio e croata eram tão fortes que na Bósnia do início do século XX, apenas os muçulmanos se autodenominavam bósnios. Os católicos e ortodoxos faziam questão de denominarem-se croatas e sérvios, respectivamente. O nacionalismo sérvio disseminado na Bósnia resultou num movimento estudantil que passou a desenvolver uma campanha nas universidades para a unificação de todos os “eslavos do sul”. Um dos integrantes desse movimento, o estudante sérvio bósnio

GavriloPrincip, assassinou o arquiduque Ferdinando, sucessor do trono austríaco, em Sarajevo, fato considerado como o estopim da 1ª Guerra Mundial.

Ao final da guerra, formou-se a federação iugoslava, que uniu os territórios que pertenciam ao império austro-húngaro (Eslovênia, Croácia, Dalmácia, Vojvodina e Bósnia Herzegovina)ao Reino da Sérvia e Montenegro, o qual abrangia também as províncias de Kosovo e da Macedônia. Estava criado o Reino dos Croatas, Sérvios e Eslovenosque, posteriormente, adotou o nome de Iugoslávia.

Durante a 2ª Guerra Mundial a Iugoslávia foi invadida por forças alemãs, italianas, búlgaras e húngaras. Os alemães instalaram governos extremistas e nacionalistas na Croácia (chamado *Ustaša*)e na Sérvia (denominado *Četnik*). Leis antissemitas foram promulgadas, tendo como resultado a destruição de todas as sinagogas e 12 mil judeus mortos. Ao final da guerra, o Marechal Tito fundou a República Federativa Popular da Iugoslávia, nome que foi alterado, em 1963, para República Federal Socialista da Iugoslávia, e a governou até sua morte em 1980.

No início dos anos 1990 a Iugoslávia era um país com dois alfabetos (cirílico e latino), três línguas (esloveno, macedônio e servo-croata), quatro religiões (católica, ortodoxa, muçulmana e judaica), cinco nacionalidades (eslovena, croata, sérvia, muçulmana e macedônia) além de várias minorias nacionais como húngaros, búlgaros, albaneses, etc., e seis repúblicas (Eslovênia, Croácia, Sérvia, Bósnia Herzegovina, Macedônia e Montenegro). Foi nessa colcha de retalhos que se deu a guerra civil do final do século XX.

A desintegração da Iugoslávia

Usando um misto de opressão e liberdade, o Marechal Tito manteve os povos unidos até sua morte em 1980. Facilitou as condições para o exercício da religião, reconheceu a macedônia como nação e sua língua como uma das oficiais do país, reconheceu a etnia muçulmana em 1961 e a nacionalidade muçulmana em 1974 (AGUILAR, 2003, p. 86). No entanto, durante todo seu governo reprimiu os movimentos nacionalistas.

Quando Tito faleceu, um novo nacionalismo aflorou. Os albaneses de Kosovo pediram independência da Sérvia para se tornar a sétima república iugoslava. O movimento foi reprimido pelo exército e pela polícia federal (dominados pelos

sérvios) fomentando o antigo nacionalismo sérvio. A intervenção do exército iugoslavo em Kosovo fez reacender os movimentos semelhantes na Croácia e na Eslovênia. Além disso, a crise econômica da década de 1980 acentuou as diferenças entre as províncias mais ricas e as mais pobres, não havia um líder que pudesse manter a federação, e não havia ideologia que mantivesse a união tendo em vista os acontecimentos em curso na União Soviética que culminaram com o fim da Guerra Fria. Dessa forma, as diferenças étnicas, sociais, culturais e religiosas, por mais sutis que fossem, foram retomadas e cresceram na mesma proporção que a economia piorava.

Em 1986, a Academia Sérvia de Artes e Ciências, publicou um documento chamado *Memorandum*, no qual afirmava que a Iugoslávia estava à beira da desintegração e culpava a política apaziguadora de Tito. A Sérvia teria sido prejudicada pela concessão da autonomia para as províncias da Vojvodina (ao norte) e do Kosovo (ao sul). Salientava que os sérvios estavam à mercê de nacionalismos croata e albanês que emergiam, colocando em perigo as comunidades sérvias da Krajina (região da Croácia de maioria sérvia) e do Kosovo (de maioria albanesa, mas com uma substancial população sérvia). O documento fazia menção ao ressurgimento do Estado *ustaša* na Croácia e da suposta retirada forçada de 200 mil sérvios de Kosovo nos últimos vinte anos. Afirmava ainda que “o genocídio físico, político, legal e cultural da população sérvia do Kosovo configura uma derrota histórica pior do que as verificadas nas guerras de libertação promovidas pela Sérvia” e que o governo deveria estabelecer condições objetivas para o retorno do “povo exilado”(JUDAH, 1997, p. 157, tradução nossa).

Na Croácia, Franjo Tudjman, ex-partisan e ex-general do exército iugoslavo, após eleito presidente daquela república, iniciou uma política hostil aos sérvios que lá viviam com o expurgo dos cidadãos croatas de ascendência sérvia da polícia e da administração civil, promoveu a alteração dos nomes de ruas e a reinvenção da “língua croata” com a supressão das palavras típicas sérvias, adotou uma nova bandeira para a República, eusou a ameaça da “Grande Sérvia” para apresentar o projeto da “Grande Croácia”. Ambos os projetos implicavam na divisão da Bósnia entre sérvios e croatas e não levavam em consideração os muçulmanos.

Nesse contexto, os muçulmanos sentiram-se no direito de sonhar com o estabelecimento da “Transversal Verde”, antiga aspiração de fundamentalistas

islâmicos que uniria sob o Islão os territórios entre Istambul e Viena, percorrendo o território da Macedônia, Kosovo, Sérvia, Bósnia e norte da Croácia. Os macedônios sonharam em recriar a nação berço de Felipe e Alexandre com a “Grande Macedônia”, a qual incluiria partes da Iugoslávia, Grécia e Bulgária. Os albaneses advogavam a formação da “Grande Albânia”, unificando territórios de Kosovo, sul da Sérvia, partes de Montenegro e da Macedônia e o noroeste da Grécia, áreas onde a maioria da população era albanesa (AGUILAR, 2003, p. 75).

No bojo desses projetos de grandeza houve a exaltação das diferenças e da percepção de ameaças que fizeram com que as diferentes etnias passassem a se sentir desprotegidas em relação às demais, especialmente em áreas onde eram minorias, resultando numa epidemia de insegurança que afetou o país como um todo. Nesse quadro ocorreu a desintegração da “terra dos eslavos do Sul”, o evento mais traumático para a Europa na década de 1990.

A guerra civil se iniciou em 25 de junho de 1991 quando a Eslovênia se declarou independente. O exército iugoslavo foi utilizado para impedir a secessão da república. Como não havia minorias significativas das outras etnias que justificassem a intervenção militar comandada pelos sérvios, doze dias após, com patronagem da Comunidade Européia, foi estabelecido um acordo de paz. Na Croácia, em fevereiro daquele ano, os sérvios da Krajina declararam sua independência da Croácia, estabeleceram bloqueios e iniciaram o controle da área autodenominada República Sérvia da Krajina, formando seu próprio parlamento. Em decorrência, em março, aconteceram os primeiros confrontos com a polícia croata e em 25 de junho a Croácia se declarou independente iniciando a guerra civil na república. (SILBER; LITTLE, 1996).

Na Bósnia, a partir de maio de 1990, foram fundados partidos nacionalistas muçulmano, sérvio e croata. A partir daí não houve o entendimento político e a Bósnia se declarou independente em março de 1992, iniciando também a guerra civil no seu território.

Cultura, identidades, diferenças, nacionalismos

Hobsbawn (1991) apresentou a nação como um fenômeno muito recente, na história da humanidade, e produto de conjunturas históricas particulares, sendo uma

entidade social apenas quando relacionada a uma forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação. Para o autor, antes de 1884 tinha um significado diferente e os governos até então não eram ligados ao conceito de nação. A própria palavra tomava sentidos diferentes ligados ao lugar de origem ou à etnicidade. As nações seriam criações conscientes e deliberadas, projetadas com propósitos ideológicos. Os Estados e movimentos nacionais poderiam mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente, e operar essas variantes de forma política, ajustando-os às nações e aos Estados.

Tanto a construção do Estado iugoslavo, ao final da 1ª Guerra Mundial, como, e principalmente, o Estado socialista de Tito foram invenções que procuraram, após um período de guerra, dar um sentido coletivo como forma de proteção, o que alguns autores chamaram de “política do medo” e que fez com que os iugoslavos tivessem de escolher um lado. Como destacou Keegan (1995, p.71),

a política de Tito de sobrepor uma campanha pan-iugoslava, pró-comunista e anti-Eixo à teia de conflitos étnicos e religiosos, colaboracionistas e anticolaboracionistas locais já em andamento, como também de romper todas as tréguas onde quer que as encontrasse, teve de fato o efeito de transformar muitas guerras pequenas numa única guerra [...].

Banac (*in* BRUKNER, 1971, p. 53) observou que a Iugoslávia só existiu em razão do comunismo e a utilização do medo da restauração dos massacres da guerra e, após 1948, o medo da União Soviética com quem Tito havia rompido. No mesmo sentido Bruckner (1971, p.218) destacou que a acumulação de três acontecimentos: os ustashas, os chetniks e os comunistas explicam “a feracidade dos rancores e porque cada comunidade oscilou entre a amnésia e a vontade de revanche”. Com o fim da era de Tito os sérvios, liderados por Slobodan Milošević “engendraram novos medos” aos povos iugoslavos (BANAC *in* BRUCKNER, 1971, p. 53).

A identidade étnico-cultural só pode existir como parte de um grupo, “como partes de um todo que lhes imprime a rotulação da diferença, diferença essa que é sempre vista como uma ameaça que deve ser neutralizada e mesmo evitada” (CARVALHO, 1985, p. 69). Além de utilizar o medo do exterior (a União Soviética) e dos acontecimentos internos passados, Tito neutralizou-as como pode as diferenças que ameaçavam a unidade do país, fazendo com que as minorias não se sentissem como tal. Assim, inventou a etnia e, posteriormente, a nação muçulmana, fazendo com que os eslavos muçulmanos fossem um dos poucos povos do mundo

identificados apenas pela religião. Os muçulmanos bósnios então passaram a se considerar diferentes, e assim o foram reconhecidos pelos demais. Ou seja, a religião passou a definir o grupo e foi utilizada para justificar os crimes contra a humanidade praticados durante a guerra civil.

Segundo Verba e Pye (*in* IVEKOVIC, 1997, p. 42) as fronteiras estabelecidas “sempre foram convenções políticas precárias e instáveis, impostas a indivíduos e comunidades inteiras a partir de fora”. Na Iugoslávia, as fronteiras internas que dividiam as repúblicas foram impostas pelo governo e não levaram em consideração as populações que nelas viviam, com a região da Krajina, habitada por sérvios e que ficou incluída na Croácia. Essas fronteiras artificialmente traçadas foram reconhecidas e a manutenção desse *status quo* geográfico era de interesse dos próprios líderes, criando uma realidade física. Como salientou Vidacs (2011, p. 28) as fronteiras com o tempo tornam-se uma nova realidade, “mesmo sem a influência de uma ideologia conscientemente propagada para preservá-las”. Mas na realidade iugoslava, os sérvios da Krajina, que correspondiam a um terço da república, se consideraram excluídos quando da independência da Croácia e optaram por participar da formação da “Grande Sérvia”.

Verba e Pye (*in* IVEKOVIC, 1997, p. 41) salientaram que “determinar a identidade nacional consiste em definir quem é incluído e quem é excluído das fronteiras nacionais, independentemente de como o Estado escolha traçá-las”. Tito promoveu o senso de identidade nacional em nível retórico, e com sua morte os interesses políticos entre os diferentes grupos étnicos predominaram. Enquanto o Marechal procurou estabelecer a confiança entre os diferentes grupos, posteriormente, a competição por recursos e poder colocou diferentes grupos uns contra os outros.

A morte do líder e os acontecimentos na antiga União Soviética que levariam a implosão do leste europeu fizeram com que os dirigentes do Partido Comunista Iugoslavo fundassem partidos e disseminassem ideais nacionalistas, com a única finalidade de manter a estrutura de poder. Dessa forma, “se a farsa do comunismo manteve a federação dos eslavos do sul, a farsa do nacionalismo manteve o poder nas mãos de seus orquestradores” (AGUILAR, 2003, p. 277).

Leach (1989, p. 22) afirmou que

No mundo real, as relações de domínio intergrupos dizem, sobretudo, respeito a questões políticas e econômicas, com a exploração dos

recursos naturais ocupados pelos <<outros>>, com a exploração do trabalho dos <<outros>> em proveito <<nosso>>; mas no mundo imaginário dos valores etnocêntricos, no qual as divisões cruciais são feitas depender da identidade nacional ou étnica, a atmosfera acha-se altamente carregada de ficções saturadas de conteúdo emocional que pouco terão a ver com a economia [...] As duas faces da mesma moeda, a realidade da exploração econômica e a irrealidade da diferenciação étnica, reforçam-se uma à outra.

A menina Zlata, habitante de Sarajevo quando a guerra começou, apresentou em seu livro sua visão da guerra:

O tempo inteiro tento entender essa sacanagem que é a política [...] Tenho a impressão de que política quer dizer sérvios, croatas, muçulmanos. Homens. Que são todos os mesmos. Que se parecem todos. Que não têm diferenças [...] Entre meus colegas, entre nossos amigos, em nossa família, há sérvios, croatas, muçulmanos. O resultado é um grupo muito variado de pessoas e eu jamais soube quem era sérvio, quem era croata, quem era muçulmano. Hoje a política enfiou o nariz na estória toda. Marcou os sérvios com um S, os muçulmanos com um M e os croatas com um C. A política quer separá-los. E para escrever estas letras ela usou o pior, o mais negro dos lápis. O lápis da guerra, que só sabe escrever duas palavras: infelicidade e morte (FILIPOVIC, 1994, p. 46).

Cultura é um elemento de distinção. Segundo Cunha (1985, p. 33), “talvez seja o elemento por excelência da distinção” usada por uma minoria étnica “como o sinal mais importante de seu confronto com a ‘maioria étnica’”. Os eslavos do sul apresentavam muito mais semelhanças que diferenças, principalmente entre os sérvios, croatas e muçulmanos. Com o conflito os grupos utilizaram-se dos artifícios mais diversos para caracterizarem as diferenças culturais, buscando, muitas vezes, na “ancestralidade” indícios dessas disparidades.

Os símbolos são “destinados a promover sentimentos nacionais internamente e a criar um senso de pertencimento à nação entre a população” e “permeiam as vidas dos cidadãos” (VIDACS, 2011, p. 30). Nas repúblicas iugoslavas, a construção de símbolos nacionais diferenciados, utilizando-se dos pré-existentes ou inventando outros, justificava a existência de uma entidade política. Esses símbolos foram utilizados ao máximo em favor das idéias nacionalistas. As declarações de independência foram imediatamente seguidas do uso de símbolos próprios, como bandeiras, moedas, selos, etc.

Na Croácia, nomes sérvios de logradouros, ruas, praças, etc. foram trocados por croatas. Tudo que havia escrito em cirílico foi substituído pelo alfabeto latino. Já

na Sérvia não se encontrava mais nada em latino, tudo era escrito em cirílico. As bandeiras nacionais eram colocadas nas casas. Os calendários passaram a trazer os nomes típicos dos meses utilizados por sérvios ou croatas, como forma de realçar as pequenas diferenças de uma mesma língua. Na realidade, a língua é uma só com algumas palavras típicas de determinada região.

A mídia também foi um fator importante. Segundo Vidacs (2011, p. 36), apresentando algumas características de linguagem como “pontos de referência comuns, frequência de consumo, exposição comum, e simultaneidade” a mídia de massa contribui “para a formação da comunidade em sociedades de larga escala”, sendo ainda necessária alguma experiência de pertencimento. Mas a “linguagem da mídia de massa só cria comunicação vertical”. A comunicação horizontal ou o contato face-a-face ocorre quando as pessoas escutam algumas formas de linguagem e “criativamente as usam ou na vida cotidiana ou em certos contextos rituais”, ou seja, apropriando-se da linguagem vertical, criam a comunicação horizontal.

Na Iugoslávia, a mídia estatal controlada pelas repúblicas passou a fazer divulgação de massa das idéias nacionalistas, salientando e até inventando diferenças e alertando para os perigos das outras etnias. Utilizava, particularmente, a 2ª Guerra Mundial, os sérvios explorando os crimes cometidos pelos croatas *Ustašas*, e os croatas e muçulmanos ressaltando os massacres praticados pelos nacionalistas sérvios *Četniks* para reforçar o perigo que as etnias minoritárias corriam caso as repúblicas se tornassem independentes.

Como observou Laraia (1986, p. 75), “em lugar da superestima dos valores de sua própria sociedade, numa dada situação de crise os membros de uma cultura abandonam a crença nesses valores e, conseqüentemente, perdem a motivação que os mantém unidos e vivos”.

As idéias nacionalistas foram sendo apropriadas pelas populações, as diferenças entre os povos começaram a ser acentuadas e a sensação de estranheza entre os indivíduos foi crescendo. O fluxo cultural temporal (HANNERZ, 1997), auxiliado pela mídia, provocou também fluxos culturais espaciais. Dessa forma, o fenômeno do etnocentrismo levou os indivíduos a serem hostis com quem não consideravam seus semelhantes. Os valores e costumes de cada grupo passaram a ser entendidos como normas infalíveis de juízos e valores das condutas dos outros grupos.

Segundo Leach (1989, p. 14), “desde que existam instrumentos especiais de propaganda, os homens podem ser levados a acreditar que qualquer categoria de seres humanos semelhantes é tão <<outra>> que poderá ser classificada de parasitária”.

Quando o conflito se iniciou, o grau de estranheza entre os indivíduos de grupos diferentes cresceu, chegando ao ponto de pegarem em armas e eliminarem seus vizinhos simplesmente por pertencerem à outra etnia e serem identificados, naquele momento, como uma ameaça para sua família. Leach (1989, p.5) observou que “a auto-identificação que me une à <<minha família>> é quase sempre muito mais efetiva do que aquela que me liga à <<minha nação>> ou à <<minha comunidade étnica>>”.

Assim, a falsa identidade nacional foi substituída pela identidade étnica, os diversos grupos passaram a se ver como inimigos e cresceu o ideal de cada etnia construir sua própria organização política. Nos casos em que era mais difícil identificar um grupo como culturalmente distinto dentro da sociedade iugoslava, foram acentuadas pequenas diferenças, estabelecendo supostas identidades.

Segundo Pye (*in* IVEKOVIC, 1997, p. 41) ocorre uma crise de identidade

quando uma comunidade descobre que aquilo que antes ela aceitava como definições físicas e psicológicas inquestionáveis de seu eu coletivo não é mais aceitável sob condições históricas novas. Para que o sistema político adquira um novo nível de funcionamento [...] é necessário que os seus participantes redefinam quem são e como se diferenciam de todos os outros sistemas políticos e sociais.

Na Iugoslávia, essa redefinição deu-se pela força e, na maior parte do território, necessitava da aniquilação do outro. Aconteceu, então, a chamada limpeza étnica que foi praticada por todos os grupos envolvidos no conflito e consistiu numa série de crimes contra a humanidade como extermínio, estupros, agressão sexual, perseguição de grupos ou coletividades, homicídios, destruição de propriedades, deportação forçada, desaparecimento forçado de pessoas, prisões e tortura física e psicológica. No final todos os grupos foram promotores e autores da limpeza étnica sistemática e suas vítimas.

Conclusão

No final de 1995, o Acordo de Dayton pôs fim à guerra na Croácia e na Bósnia. No entanto, nesse último país, traçou uma linha entre a Federação Croata-Muçulmana e a República Sérvia, que correspondia à linha de confrontação da época. Assim, 51% do território ficaram com a República Sérvia e 49% com os croatas e muçulmanos. Essa linha divide até hoje essas comunidades com todas as implicações decorrentes.

Apesar de encerrada a guerra, o governo sérvio manteve uma série de restrições na sua província do Kosovo, de maioria albanesa como proibição do uso da língua e a perda de liberdades individuais. O sentimento de insegurança dos albaneses e o sentimento nacionalista resultaram em ações armadas contra as forças nacionais (dominadas pelos sérvios) e contra a população de minoria sérvia na província. Em consequência, houve a intervenção do exército iugoslavo contra os guerrilheiros albaneses e, posteriormente, a intervenção da OTAN em 1999, contra as forças sérvias para proteger a minoria albanesa.

Movimento semelhante no norte da Macedônia, onde os albaneses são maioria, resultou na ação armada das forças macedônias e no estabelecimento de uma operação europeia para levar a paz à região.

Pode-se dizer, então, que o Estado iugoslavo foi uma ficção. Em dois momentos, tanto na criação do Reino ao final da 1ª Guerra Mundial quanto no estabelecimento do Estado socialista de Tito, ao final da 2ª grande guerra, havia a necessidade de se criar uma identidade nacional que viabilizasse a unidade política. Foi então, constituído um Estado com várias nações, a identidade nacional não solidificou por si só e não havia coesão entre os diversos povos que compunham a unidade política. Apenas os medos do exterior e de acontecimentos internos passados é que permitiram que as diversas nações permanecessem juntas nessa unidade e o Estado construído artificialmente fosse mantido.

Durante o governo de Tito, o crescimento econômico também ajudou a manter abafadas as diferenças entre os diversos povos que habitavam o país. Geertz (2001, p. 207) apresentou a nação como

força política: entre um espaço demarcado por fronteiras e até certo ponto arbitrário, em cujo interior são contidos, regulados e postos nos eixos os tipos mais imediatos de luta pública, aqueles que irrefletidamente chamamos de internos (a ordenação dos encontros sociais, a distribuição das possibilidades de vida, a utilização dos recursos produtivos) e, em contraste, uma das energias centrais que impulsionam essas lutas: o sentimento de quem são aqueles de quem

se descende, quem são aqueles com quem se é parecido no pensar, na aparência, na maneira de falar, de comer, de rezar, ou nos gestos, e a quem, por conseguinte, sente-se que se está empaticamente ligado, haja o que houver.

Na Iugoslávia havia essa força política. Mas não havia as energias centrais que Geertz apresentou. Os diversos povos não se sentiam empaticamente ligados aos outros. Assim, os primeiros problemas que tiveram que ser enfrentados, as diferenças ou as identidades grupais sobrepujaram a suposta identidade nacional.

Logo após a morte de Tito, aflorou o problema econômico. As repúblicas mais pobres reclamavam do descaso político na gerência do orçamento federal, dominado pelos sérvios. As repúblicas mais ricas (Eslovênia e Croácia) exigiam maior poder político dentro do Estado. A questão econômica acabou por gerar discriminação e acirrar os problemas étnicos. Quando houve escassez de emprego, os poucos disponíveis tinham como prioridade a etnia majoritária, em detrimento das minorias. A perda da capacidade econômica do governo, dominado pelos sérvios, de resolver as demandas fez com que os recursos fossem aplicados em proveito de sua própria etnia.

Com o crescimento dos movimentos separatistas e o início das ações armadas, os recursos foram direcionados para o campo militar, inviabilizando ações nos demais campos, agravando o quadro social e gerando mais insatisfação e rivalidade étnica.

Os diversos problemas econômicos e políticos no interior do Estado, a falta de uma liderança, a luta por manter a estrutura de poder e a gerência dos recursos resultaram no paulatino fortalecimento da identidade dos diferentes grupos e na sua coesão interna. Da mesma forma, acentuou-se e até inventou-se diferenças em relação aos demais. A massiva propaganda estatal ajudou a criar imagens dos outros como inimigos, como perigo a segurança pessoal e coletiva de cada grupo. As questões econômicas misturam-se às étnicas e a manipulação e construção das identidades foram fortes e apelativas emocionalmente. Quando o Estado iugoslavo ruiu, os diversos grupos praticaram crimes contra a humanidade, conhecidos como limpeza étnica.

Os Estados que surgiram em decorrência da guerra civil carregam um forte componente nacionalista, exaltando suas culturas e identidades. Utilizam-se, para isso, de símbolos que os ajudam a se diferenciar dos seus vizinhos. As marcas da

violência praticada na região foram tais que dificultam o estabelecimento de mecanismos coletivos na região que um dia se chamou Iugoslávia.

Referências bibliográficas

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. **A Guerra da Iugoslávia**: uma década de crises nos Balcãs. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

BRUKNER, Pascal. **A tentação da inocência**. Rio de Janeiro: Rocco, 1971.

CARVALHO, Edgard de Assis. Identidade Étnico-Cultural e Questão Nacional. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (Org.). **Sociedades Indígenas e o Direito**: uma questão de Direitos Humanos. Florianópolis: UFSC/CNPQ, 1985.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Definições de Índios e Comunidades Indígenas nos Textos Legais. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (Org.). **Sociedades Indígenas e o direito**: uma questão de Direitos Humanos. Florianópolis: UFSC/CNPQ, 1985.

FILIPOVIC, Zlata. **Diário de Zlata**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave da Antropologia Transnacional. **Revista Mana**, v. 3, n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 7-39.

HOBBSBORN, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

IVEKOVIC, Ivan. O drama iugoslavo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47. Rio de Janeiro, 1997.

JOVANOVIC, Aleksandar. **À Sombra do Quarto Crescente**. São Paulo: Hicitec, 1995.

JUDAH, Tim. **The Serbs: History, Myth and the Destruction of Yugoslavia**. New Haven: Yale University Press, 1997.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14a Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEACH, Edmund. Etnocentrismos. In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 5. Lisboa: IN-CM, 1989.

OLIVEIRA, Pedro Aires. Kosovo: o legado da História. **Política Internacional**, v.3, n.20. Lisboa, Outono/Inverno de 1999.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SILBER, Laura. LITTLE, Allan. **The death of Yugoslavia**. Londres: Penguin Books, 1996.

SILVA, Tomas Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, Tomas Tadeu da. (Org). **Identidade e diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

UNHCR. **The State of the World's Refugees – Fifty Years of Humanitarian Action**. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <http://www.unhcr.ch/pubs/sowr2000/ch09.pdf>, acesso em 19/01/2002.

VASCONCELOS, Alex Donizete. **A MINUSTAH e a Alteridade: Representações e Identidades Haitianas nos Discursos da ONU e da Folha de São Paulo (2004-2010)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – UFG, Goiânia, GO, 2010.

VIDACS, Bea. Banal Nationalism, Football, and Discourse Community in Africa. **Studies in Ethnicity and Nationalism**, v. 11, n. 1. Londres: Association for the Study of Ethnicity and Nationalism, 2011, p. 25 – 41.

Recebido em Agosto de 2012

Aprovado em Novembro de 2012